

22 de janeiro: Grito dos Servidores

Lula, a conta da CPMF não é dos servidores, cobre dos patrões!

Os patrões fizeram seu carnaval com a extinção da CPMF e mandaram a conta para o "governo de coalizão". O governo, para saldar a fatura, ameaça cortar na veia dos serviços públicos.

Esse enredo é conhecido, seu refrão é o desmonte, privatização e terceirização. O ressurgimento da febre amarela está aí para mostrar onde isso leva. Essa epidemia havia sido erradicada, em sua forma urbana, desde 1942 e, como a dengue, eclodiu novamente em virtude do desmonte dos serviços públicos de saúde e saneamento.

Mas como nem tudo foi destruído, o Estado organizou uma campanha de vacinação, utilizando a vacina que é fabricada por uma instituição pública. Quem

pode esquecer que esses são serviços públicos - e assim devem continuar - e que para que eles existam são necessários servidores públicos cujos salários precisam ser reajustados? É assim em todas as demais áreas das quais depende a população trabalhadora.

Se a extinção da CPMF gerou uma conta, ela tem que ser paga pelos patrões, pelos banqueiros e não jogada nas costas dos servidores.

Veja no box, dados sobre a queda de investimentos nos salários e em investimentos nos serviços públicos em comparação ao aumento dos juros e encargos, para aumento do superávit primário, engorçada dos banqueiros e pagamento de dívida pública.

Vamos repetir para não esquecerem

Nunca é demais lembrar que, no dia seguinte à votação da CPMF, o próprio Presidente da República defendeu a contratação de mais servidores e ainda declarou: "É preciso acabar com essa mania de que os funcionários públicos federais ganham bem. Na verdade, quase todos ganham mal".

O que teria mudado entre 14.12.07 e 2.1.08, quando o governo informou que poderia haver suspensão ou atraso na implantação dos acordos assinados e que outras negociações seriam suspensas?

Para impedir que isso ocorra nas novas reuniões já marcadas pelo governo para janeiro, a hora é de colocar o bloco dos servidores na rua!

Os acordos assinados pelo governo têm que ser cumpridos, as negociações em curso têm que ser concluídas, novas negociações precisam ser iniciadas para que todos tenham recomposição salarial e plano de carreira.

22.01: Grito dos Servidores!

Somos todos servidores. Estamos todos ameaçados. Mais do que nunca é fun-

Grito dos servidores!

- CPMF? Essa conta é dos patrões!
- Pelo cumprimento dos acordos!
- Conclusão das negociações iniciadas!
- Plano de Carreira para todos!
- Serviço público de qualidade, já!
- Realização de concursos públicos!



Grito dos Servidores pelo cumprimento dos acordos, recomposição salarial e plano de carreira para todos.

**Dia 22.01 - 14 horas - Espaço do Servidor
Animação do bloco carnavalesco O Pacotão**

damental a unidade de toda a categoria, de todas as entidades.

A mobilização unitária é condição para o governo recuar e deixar de cobrar a conta da CPMF do nosso salário e do serviço público. Todos os servidores, ativos e aposentados, estão convocados para o ato do "Grito

dos Servidores", com concentração no Espaço do Servidor (Esplanada dos Ministérios), a partir das 14h, no dia 22.01.

Com o Grito dos Servidores vamos mostrar ao governo que ninguém vai aceitar o descumprimento dos acordos e a paralisação das negociações.

Salários X Receita Corrente Líquida

1995 - 56,2%
2006 - 27%

Investimentos X Gastos com Pessoal X Juros e Encargos no Orçamento da União: crescimento entre 2002 a 2006

Investimentos - 80%
Pessoal - 75%
Juros e Encargos - 240%

Fonte: Washington Luiz Moura Lima - Economista

Dívida Pública

Em 2002, a dívida pública era de R\$ 566 bilhões, o governo pagou até hoje R\$ 998 bi (que corresponde a quase 25 anos de CPMF!) e ainda deve R\$ 763 bi!

Fonte: EG 266

Atendimento Jurídico no Espaço do Servidor

Leia mais na página 4

Posse da nova diretoria

Será na sexta-feira, dia 18.01, a solenidade de posse da nova diretoria da Condsef, eleita para o triênio 2008/2011, durante o IX Congresso da Condsef, em dezembro de 2007. Integram a diretoria-executiva da Confederação Josemilton Maurício da Costa (Secretaria Geral),

José Carlos de Oliveira (Secretaria de Administração), Pedro Armengol de Souza (Secretaria de Finanças), Sérgio Ronaldo da Silva (Secretaria de Imprensa e Comunicação), Neide Rocha Cunha Solimões (Secretaria de Política Sindical e Formação), Edison Vitor Cardoni (Secretaria de Assuntos Jurídicos,

Parlamentares e de Classe), Edvaldo Andrade Pitanga (Secretaria de Relações Internacionais), Luís Carlos de Alencar Macedo (Secretaria de Aposentados e Pensionista), Eladir Elizabeth Lima (Secretaria de Política públicas e Sociais). Conheça os integrantes da Diretoria Nacional e Conselho Fiscal no

sítio do sindicato: www.sindsep-df.com.br.

No sábado, dia 19.01, a Direção Nacional da Condsef se reúne. Será um momento para começar a recuperar a oportunidade que foi perdida no Congresso da Condsef, em dezembro, quando não foi debatida e aprovada a proposta de greve geral unifi-

cada dos servidores em defesa dos direitos, contra os projetos de lei que tramitam no Congresso para retirar direitos e desmontar o serviço público. Se essa discussão tivesse sido realizada, a categoria estaria, agora, em melhores condições para se defender dos cortes orçamentários.

Inkra

Adiada a assinatura do Termo de Compromisso

Em reunião com a SRH do Planejamento, no dia 19.12, para a discussão da tabela e do Termo de Compromisso, os representantes dos servidores do Incra ficaram insatisfeitos com a postura do governo em adiar a negociação, justificando que a não aprovação da CPMF exige a adoção de ajustes e cortes que estão sendo definidos pelo governo.

A nova tabela, com pequenas melhorias em relação às anteriores, havia sido apresentada pelo governo em reunião no dia 14.12 e foi remetida para a discussão na base da categoria que decidiu aceitar a proposta do governo e assinar o Termo de Compromisso.



Durante a reunião, a SRH anunciou que a devolução dos salários descontados, referentes a 12

dias de greve, já foi lançada na folha de pagamento suplementar do mês de janeiro/08, o pagamento aos

servidores deverá ocorrer até o dia 12.01.08.

Uma minuta de Termo de Compromisso foi en-

tregue para ser analisado pelas representações dos servidores e uma nova reunião ficou marcada para o dia 22.01.08, às 15 horas, quando o governo espera já ter uma definição sobre as questões do orçamento.

A SRH ainda informou que todos os prazos previstos nos acordos já assinados estão sendo ou serão repactuados (estudados, prorrogados), cujas Medidas Provisórias ou Projetos de Lei ainda não foram publicados. No caso do Incra existe a possibilidade de o acordo ser implementado no prazo pré-estabelecido e que a intenção é a de que o termo seja assinado.

Anistiados

Governo re-institui a CEI

O governo publicou no dia 09.01 o decreto que re-institui a Comissão Especial Interministerial (CEI), com plenos poderes para tratar de todos os assuntos

relacionados à reintegração dos anistiados. Até o dia 21.01.08, devem ser publicadas as primeiras Portarias de reintegração dos anistiados.

EXPEDIENTE:

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP/DF – Fone: 3212-1900. **Colaboraram nesta edição:** Carlos Alberto, Dayse Cristina, Edison Cardoni, Egaz Ramirez, Oton Pereira Neves, José Parente. - **Secretaria de Comunicação e Imprensa:** Edison Cardoni (Coordenador), Egaz Ramirez e Dayse Cristina (Adjuntos) – **Jornalista:** Giselle do Valle DF2361JP – **Estagiária:** Leide Santos Diagramação: André Filho – **Fotos:** Jane Franco – **Tiragem:** 20.000 – **Impressão:** Intergraf – Contribua com a elaboração do “Esplanada Geral”. Envie as notícias do seu local de trabalho para os endereços eletrônicos: imprensa@sindsep-df.com.br ou cardoni@sindsep-df.com.br.

AGENDA

- **Quarta-feira - 16.01** – reunião dos servidores administrativos da **Polícia Rodoviária federal** com o Ministério do Planejamento
- **Quarta-feira - 16.01** – reunião de representantes do **Ministério da Fazenda** com o subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do MF – 10h30 – para tratar da posição do governo em relação ao encaminhamento do Plano Fazendário de Cargos
- **Quinta-feira - 17.01** – reunião do funcionalismo do **DNIT** com o Ministério do Planejamento
- **Terça-feira - 22.01 - Ato Carnavalesco da base do Sindsep-DF** – Espaço do Servidor (Esplanada dos Ministérios) – a partir das 14h
- **Terça-feira - 22.01** – reunião de negociação dos servidores do **Inkra** com o Ministério do Planejamento, às 15h
- **Quarta-feira - 23.01** – reunião de **negociação geral do funcionalismo** (inclui AGU, Fazenda, PGPE e Seguridade Social)

O que está em jogo?

Durante o ano de 2007, diversos setores assinaram acordos com o governo, outros receberam propostas oficiais que seriam estudadas pelos servidores e há também aquelas que estavam em negociação para o fechamento de um acordo. Conheça a situação das categorias.

A expectativa é que, nos próximos dias, o governo reafirme os compromissos e reabra as negociações. Para isto, é imprescindível a participação de todos os servidores no ato do dia 22.01, "Grito dos Servidores".

Acordos assinados (que o governo ainda não encaminhou)

■ Cultura (MinC, Iphan, Biblioteca Nacional, Fundação Palmares e Funarte)

Um Termo de Compromisso foi assinado em 26.11.07 para a implementação de uma nova estrutura remuneratória dentro do Plano Especial de Cargos do setor, com reajuste em 2008/2009/2010. A tabela salarial passaria a ser composta de VB, mais gratificação de desempenho de até 80 pontos para ativos, sendo a primeira parcela paga até 1.03.08.

■ Bacen

Reposição salarial e compromisso da direção do Bacen de implementar um Grupo de Trabalho visando o novo PCS (Plano de Cargos e Salários). A primeira parcela do reajuste deveria ser paga em primeiro de dezembro de 2007. Porém, até agora, o governo não encaminhou o Projeto de Lei ou Medida Provisória ao Congresso Nacional.

■ Especialistas em Meio Ambiente e PECMA (MMA, Ibama e Icmbio)

No acordo assinado para o fim da greve do Ibama em julho/07, o governo garantiu a reabertura da mesa de negociação da carreira, o que não aconteceu. Medidas para a reestruturação da carreira foram firmadas em relatório da comissão paritária, de dezembro de 2005, e reiteradas pela direção do MMA duas vezes (2006 e 2007). Há acordos pendentes desde 2004.

■ HFA

Assinado em 28.11.07, o Termo de Compromisso estabelece parâmetros para a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos do órgão e a revisão da tabela remuneratória. O acordo assegura ainda a criação das carreiras Médica, de Suporte às Atividades Médico-Hospitalares, de Especialista em Atividades Hospitalares e de Técnico Administrativo Hospitalar, além da criação de cargos a serem preenchidos por concurso público.

Propostas oficiais do governo

■ Incra

Os servidores aceitaram a proposta de tabela remuneratória do governo, com algumas alterações. Uma nova reunião para assinatura do acordo está agendada para o dia 22.01.

■ Funai

Os servidores aceitaram, com algumas alterações, a proposta de tabela remuneratória do governo, que se comprometeu ainda a reabrir as discussões sobre o Plano de Carreira Indigenista (PCI), além da realização de concurso público assim que a nova estrutura remuneratória for implantada. O governo ainda não respondeu à contraproposta.

■ MFazenda

Os servidores aceitaram a proposta do governo, que contempla a equiparação salarial com os previdenciários, a partir de março/2008, parcelada até setembro/2010, com a expectativa de melhoras futuras.

■ Seguridade Social (Ministérios da Saúde, da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, Funasa, DRTs e CRPS)

A proposta do governo é de antecipação para fevereiro/2008 das parcelas restantes do reajuste de 47,11%, prevista para até 2011; e uma nova tabela remuneratória escalonada para julho/2008, set/2009 e nov/2010. Uma contraproposta foi apresentada pelo setor sem retorno do governo.

■ DNIT

A proposta do governo é de reestruturação da tabela salarial. Os servidores decidiram apresentar uma contraproposta.

Negociações em curso

■ PGPE (todos os órgãos, à exceção da Seguridade Social e os que possuem carreiras específicas)

Havia uma audiência prevista para o dia 19.12, que foi remarcada para o dia 23.01.08, na qual o governo apresentaria uma proposta similar as demais, incorporando ao VB as gratificações existentes e criando uma nova gratificação produtivista.

■ AGU

Os servidores apresentaram ao governo, em setembro/07, uma proposta de reajuste emergencial da gratificação, aprovada pelo setor durante Plenária Nacional. Em 30.11.07, o governo informou que iria construir uma agenda para a discussão do acordo. A primeira reunião deveria ter ocorrido dia 10.01, está indefinida.

■ Datasus

Pagamento retroativo dos 47,11%, vetado na Medida Provisória 386/07, que reabriu o prazo de opção para os servidores do órgão aderirem à Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

■ Ciência e Tecnologia

Reestruturação da tabela salarial e o plano de carreira do setor. Os servidores aguardam que a pauta seja incluída na negociação de 23.01.

■ Imprensa Nacional

Os servidores cobram a reestruturação do plano de cargos e da tabela salarial. Aguardam que a negociação entre na pauta da reunião de 23.01.

■ Civis da Polícia Rodoviária Federal

Reestruturação do plano de cargos. Os servidores esperam retomar a negociação no dia 23.01.

■ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Reestruturação do plano de cargos e da tabela salarial. A expectativa é retomar as negociações com o governo na reunião geral agenda para o dia 23.01

Atendimento diário no Espaço do Servidor

A partir de segunda-feira, dia 14.01, o Sindsep-DF passa a atender os servidores que desejam ajuizar ações trabalhistas na Justiça, no Espaço do Servidor – Esplanada dos Ministérios. O atendimento será de segunda a sexta-feira, das 8 às 17h (sem intervalo para almoço), exclusivamente para o ajuizamento das seguintes ações: Correção Salarial 2003; 3,1%; IR retido sobre o abono de permanência; tíquete alimentação (equiparação com os Três Poderes); correção do FGTS (celetista admitidos até 1971); resíduo do

FGTS; desconto indevido de PSS sobre a remuneração de cargos e funções comissionadas; correção de DAS de ativos, aposentados e pensionistas (incorporados aos proventos); indenização de campo (Funasa), recebimento em pecúnia da Licença Prêmio não utilizada para aposentadoria (nem usufruída e nem contada em dobro); PSS sobre 1/3 de férias; igualdade de pagamento de gratificação para ativos-aposentados-pensionistas (GDARA, GDARA, GDAST, etc.); reclamação trabalhista em desfavor da Conab (promoções, adicional, licenças e etc);

ação ordinária em desfavor da Conab/INSS (recolhimento); ação ordinária em desfavor da União Federal (indenização).

A mais urgente delas é a Correção Salarial de 2003, que prescreve nos próximos meses. Para esta, o servidor precisa entregar a seguinte documentação: procuração (formulário no Sindsep-DF), cópia da carteira de identidade e CPF (autenticadas) e fichas financeiras dos últimos cinco anos. As demais demandas continuarão sendo atendidas na sede do sindicato e nos plantões do jurídico nas seções sindi-

cais do Ministério do Planejamento – blocos K (terças-feiras) e C (quartas-feiras) – e do Ministério das

Minas e Energia - bloco U (sextas-feiras), em todos a partir das 10h, por ordem de chegada.

Filiado ao Sindsep-DF
Dê entrada em sua ação judicial
Informações
Aqui!

 Unidade, autonomia e independência sindical
www.sindsep-df.com.br
 Tel.: 3212-1900

Estoque da Dívida Ativa da União = 10 anos de CPMF

Diante da ameaça de cortes, é bom esclarecer que existe um estoque de impostos, ajuizados e não ajuizados, inscritos na Dívida Ativa da União - DAU capaz de suprir mais de 10 anos de arrecadação da CPMF. Esse estoque chegou a R\$ 463 bilhões em setembro de 2007 (Fonte: PGFN/MF). O Ministério da Fazenda não consegue levar esta dinheirama acumulada para os cofres públicos, por conta de fatores como, a inexistência de servidores de carreira técnico-administrativa. A arrecadação de, menos de, 10% desse valor, dispensaria as ameaças de cortes dos reajustes salariais do funcionalismo. Ressalte-se que, em sua maioria, os grandes devedores da União, são os usineiros e as grandes empresas. Portanto, mais uma vez, os servidores e os cidadãos contribuintes, estão ameaçados de arcar com uma conta motivada por interesses alheios à valorização dos servidores e da qualidade dos serviços públicos. Para reverter o quadro, é necessário que o governo passe a cobrar os grandes devedores, estruturando a Receita Federal do Brasil, para arrecadar com eficiência e eficácia. Assim, teremos ensino, saúde, transportes, segurança, energia, tecnologia, meio ambiente, cultura, planejamento e muito mais, com qualidade. O povo trabalhador do Brasil agradece.

Centrais definem ação em defesa dos servidores públicos

Em reunião, no dia 10.1.08, na sede nacional da CUT, em São Paulo, dirigentes da CUT, Força, CGTB, UGT, CTB e NCST aprovaram um plano de ação conjunta em defesa da manutenção dos acordos firmados com os servidores públicos, a fim de, garantir os reajustes e a realização de concursos. As centrais reagirão à pressão da mídia e às ameaças de setores do governo de cortes em reajustes e investimentos no funcionalismo. Saiba mais sobre a decisão das centrais, na página do Sindsep-DF.

Fazendários, avante! A arrecadação é a bola da vez!

Ao acompanharmos os noticiários nos últimos dias, percebemos que, mais uma vez, os patrões e o "governo de coalizão" querem que os servidores e os demais trabalhadores paguem uma conta que não é deles. É verdade que a perda da CPMF, realmente, acarretou um enorme rombo. Sem a arrecadação de R\$ 40 bilhões anuais, devia-se presumir que a dificuldade seria grande e irremediável em

curto prazo.

O próprio Ministério da Fazenda se acomodou com a arrecadação da CPMF, não se preocupou em fazer valer sua forte posição política e importância estratégica no Governo. Exigir uma estruturação dos cargos em prol da otimização e do aumento da arrecadação, organizar e planejar o Ministério para sua nova estrutura organizacional, determinar metas e meios e métodos

para alcançá-las, teria sido um passo inicial para que a perda da CPMF não fosse tão sentida neste momento. A criação de uma carreira fazendária, com a definição das atribuições tributárias, poderia ter evitado esse impacto tão profundo, além de propiciar medidas mais eficazes e duradouras, valorizando os serviços públicos (Veja o histórico de luta do MFazenda no sítio www.sindsep-df.com.br).

**A nova direção do Sindsep-DF coloca seu bloco na rua!
 Venha para o Grito dos Servidores!**